



ÍNDICE SISTEMÁTICO

Primeira Parte – O ESTUDO DO DIREITO	1
Capítulo 1 – SISTEMA DE IDEIAS GERAIS DO DIREITO	3
1. A Necessidade de um Sistema de Ideias Gerais do Direito.....	3
2. A Introdução ao Estudo do Direito.....	4
2.1. Apresentação da Disciplina	4
2.2. Objeto da Introdução ao Estudo do Direito	5
2.3. A Importância da Introdução	6
3. Outros Sistemas de Ideias Gerais do Direito	6
3.1. Filosofia do Direito	6
3.2. Teoria Geral do Direito	7
3.3. Sociologia do Direito	7
3.4. Enciclopédia Jurídica	8
4. A Introdução ao Estudo do Direito e os Currículos dos Cursos Jurídicos no Brasil	8
Bibliografia principal	10
Capítulo 2 – AS DISCIPLINAS JURÍDICAS	11
5. Considerações Prévias	11
6. Disciplinas Jurídicas Fundamentais.....	12
6.1. Ciência do Direito	12
6.2. Filosofia do Direito	12
6.3. Sociologia do Direito	13

7. Disciplinas Jurídicas Auxiliares	15
7.1. História do Direito	15
7.2. Direito Comparado	16
Bibliografia principal	16
Segunda Parte – A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DO DIREITO	17
Capítulo 3 – O DIREITO COMO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO SOCIAL	19
8. O Fenômeno da Adaptação Humana	19
8.1. Aspectos Gerais	19
8.2. Adaptação Interna	19
8.3. Adaptação Externa	20
9. Direito e Adaptação	20
9.1. Colocações Prévias	20
9.2. O Direito como Processo de Adaptação Social	21
9.3. A Adaptação das Ações Humanas ao Direito	22
Bibliografia principal	23
Capítulo 4 – SOCIEDADE E DIREITO	25
10. A Sociabilidade Humana	25
11. O “Estado de Natureza”	26
12. Formas de Interação Social e a Ação do Direito	27
12.1. A Interação Social	27
12.2. O Solidarismo Social	28
12.3. A Ação do Direito	28
13. A Mútua Dependência entre o Direito e a Sociedade	29
13.1. Fato Social e Direito	29
13.2. O Papel do Legislador	30
Bibliografia principal	32
Capítulo 5 – INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL	33
14. Considerações Prévias	33
15. Normas Éticas e Normas Técnicas	34
16. Direito e Religião	35
16.1. Aspectos Históricos	35
16.2. Convergência e Peculiaridades	35
17. Direito e Moral	37
17.1. Generalidades	37
17.2. A Noção da Moral	37
17.3. Setores da Moral	38

17.4. O Paralelo entre a Moral e o Direito	39
17.4.1. Grécia e Roma	39
17.4.2. Critérios de Tomásio, Kant e Fichte	40
17.4.3. Modernos critérios de distinção	41
17.4.3.1. Distinções de ordem formal.....	41
17.4.3.2. Distinções quanto ao conteúdo	43
18. O Direito e as Regras de Trato Social.....	45
18.1. Conceito das Regras de Trato Social	45
18.2. Alguns Aspectos Históricos	46
18.3. Caracteres das Regras de Trato Social	46
18.3.1. Aspecto social	46
18.3.2. Exterioridade	46
18.3.3. Unilateralidade	47
18.3.4. Heteronomia	47
18.3.5. Incoercibilidade	47
18.3.6. Sanção difusa	47
18.3.7. Isonomia por classes e níveis de cultura	47
18.4. Natureza das Regras de Trato Social	48
18.4.1. Corrente negativista	48
18.4.2. Corrente positiva	48
18.4.3. Conclusão	48
Bibliografia principal	49
Capítulo 6 – FATORES DO DIREITO	51
19. Conceito e Função dos Fatores do Direito	51
20. Princípios Metodológicos.....	52
20.1. Interferência das Causas	52
20.2. Distinção dos Fatores em Categorias	52
20.3. Eficácia Direta e Indireta dos Fatores	53
21. Fatores Naturais do Direito	53
21.1. Fator Geográfico	53
21.1.1. Clima	53
21.1.2. Recursos naturais	54
21.1.3. O território	54
21.2. Fator Demográfico	54
21.3. Fatores Antropológicos	55
22. Fatores Culturais do Direito.....	55
22.1. Fator Económico	55
22.2. Invenções	55
22.3. Moral	56

22.4. Religião	56
22.5. Ideologia	56
22.6. Educação	56
23. Forças Atuantes na Legislação	56
23.1. Política	57
23.2. Opinião Pública	57
23.3. Grupos Organizados	57
23.4. Medidas de Hostilidade	57
24. Direito e Revolução	57
Bibliografia principal	58
Terceira Parte – A NOÇÃO DO DIREITO	59
Capítulo 7 – O DIREITO NO QUADRO DO UNIVERSO	61
25. Indagação Fundamental	61
26. Algumas Notas do Direito	62
27. A Teoria dos Objetos	62
27.1. Conceituações Prévias	62
27.2. O Quadro das Ontologias	63
28. Objetos Naturais	63
28.1. Conceito	63
28.2. Caracteres	64
28.3. Princípio da Causalidade	64
28.4. Leis da Natureza	64
28.4.1. Universais	64
28.4.2. Imutáveis	64
28.4.3. Invioláveis	65
28.4.4. Isonomia	65
28.5. Importância	65
29. Objetos Ideais	65
30. Os Valores	65
30.1. Axiologia	65
30.2. Conceito	66
30.3. Caracteres	66
30.4. Localização	67
30.5. Os Valores e a Teoria dos Objetos	67
31. Objetos Metafísicos	67
32. Objetos Culturais	68
32.1. Conceito	68
32.2. Cultura Material	68

32.3. Cultura Espiritual	68
33. O Mundo do Direito	69
33.1. Considerações Prévias	69
33.2. Direito e Objetos Naturais	69
33.3. Direito e Objetos Ideais	70
33.4. Direito e Objetos Metafísicos	70
33.5. Direito e Cultura	70
34. Conclusões	70
Bibliografia principal	71
 Capítulo 8 – DEFINIÇÕES E ACEPÇÕES DA PALAVRA DIREITO	 73
35. Considerações Prévias	73
36. Definições Nominais	74
36.1. Definição Etimológica	75
36.2. Definição Semântica	75
37. Definições Reais ou Lógicas	76
38. Definições Históricas do Direito	77
39. Acepções da Palavra Direito	78
39.1. Considerações Prévias	78
39.2. Ciência do Direito	79
39.3. Direito Natural e Direito Positivo	79
39.4. Direito Objetivo e Direito Subjetivo	80
39.5. O Emprego do Vocábulo no Sentido de Justiça	80
40. Conceito de Ordem Jurídica	80
Bibliografia principal	81
 Capítulo 9 – NORMA JURÍDICA	 83
41. Conceito de Norma Jurídica	83
42. Instituto Jurídico	84
43. Estrutura Lógica da Norma Jurídica	84
43.1. Concepção de Kelsen	84
43.2. O Juízo Disjuntivo de Carlos Cossio	85
43.3. Conclusões	85
43.4. Quadro das Estruturas Lógicas	86
44. Caracteres	86
44.1. Bilateralidade	86
44.2. Generalidade	86
44.3. Abstratividade	87
44.4. Imperatividade	87
44.5. A Coercibilidade e a Questão da Essência da Norma Jurídica	87

45. Classificação	88
45.1. Classificação das Normas Jurídicas quanto ao Sistema a que Pertencem	89
45.2. Normas Jurídicas quanto à Fonte	89
45.3. Classificação das Normas Jurídicas quanto aos Diversos Âmbitos de Validez	89
45.4. Classificação das Normas Jurídicas quanto à Hierarquia	90
45.5. Normas Jurídicas quanto à Sanção	90
45.6. Normas Jurídicas quanto à Qualidade	90
45.7. Normas Jurídicas quanto às Relações de Complementação	90
45.8. Classificação das Normas Jurídicas quanto à Vontade das Partes	91
45.9. Quanto à Flexibilidade ou Arbítrio do Juiz: Normas Rígidas ou Cerradas e Elásticas ou Abertas	91
45.10. Quanto ao Modo da Presença no Ordenamento: Normas Implícitas e Explícitas	92
45.11. Quanto à Inteligibilidade	92
46. Vigência, Efetividade, Eficácia e Legitimidade da Norma Jurídica	93
46.1. Vigência	93
46.2. Efetividade	93
46.3. Eficácia	93
46.4. Legitimidade	94
Bibliografia principal	94
Capítulo 10 – A DIVISÃO DO DIREITO POSITIVO	95
47. Direito Público e Direito Privado	95
47.1. Aspectos Gerais	95
47.2. O Problema Relativo à Importância da Distinção	96
47.3. A Teoria Monista de Hans Kelsen	96
47.4. Teorias Dualistas	97
47.4.1. Teorias substancialistas	97
47.4.1.1. Teoria dos interesses em jogo	97
47.4.1.2. Teoria do fim	97
47.4.2. Teorias formalistas	98
47.4.2.1. Teoria do titular da ação	98
47.4.2.2. Teoria das normas distributivas e adaptativas	98
47.4.2.3. Teoria da natureza da relação jurídica	98
47.5. Trialismo	99
47.6. Conclusões	99
48. Direito Geral e Direito Particular	100
49. Direito Comum e Direito Especial	100
50. Direito Regular e Direito Singular	100
51. Privilégio	101
Bibliografia principal	102

Capítulo 11 – JUSTIÇA E EQUIDADE	103
52. Conceito de Justiça	103
53. O Carácter Absoluto da Justiça.....	104
54. A Importância da Justiça para o Direito.....	105
55. Critérios da Justiça	105
55.1. Critérios Formais da Justiça	106
55.2. Critérios Materiais da Justiça	106
56. A Concepção Aristotélica.....	107
57. Justiça Convencional e Justiça Substancial.....	108
58. Classificação da Justiça	108
58.1. Justiça Distributiva	109
58.2. Justiça Comutativa	109
58.3. Justiça Geral	109
58.4. Justiça Social	109
59. Justiça e Bem Comum.....	110
60. Equidade.....	111
61. Leis Injustas	112
61.1. Conceito	112
61.2. Espécies	113
61.3. O Problema da Validade das Leis Injustas	113
Bibliografia principal	114
Capítulo 12 – SEGURANÇA JURÍDICA.....	115
62. Conceito de Segurança Jurídica.....	115
63. A Necessidade Humana de Segurança.....	116
64. Princípios Relativos à Organização do Estado	118
65. Princípios do Direito Estabelecido.....	118
65.1. A Positividade do Direito	119
65.2. Segurança de Orientação	120
65.3. Irretroatividade da Lei	122
65.4. Estabilidade Relativa do Direito	122
66. Princípios do Direito Aplicado	123
66.1. Decisão de Casos Pendentes e sua Execução	123
66.2. Prévia Calculabilidade da Sentença	124
66.3. Respeito à Coisa Julgada	124
66.4. Uniformidade e Continuidade Jurisprudencial	124
Bibliografia principal	124
Capítulo 13 – DIREITO E ESTADO	125
67. Considerações Prévias	125

68. Conceito e Elementos do Estado.....	126
68.1. Conceito	126
68.2. Elementos do Estado	127
68.2.1. População	127
68.2.2. Território	127
68.2.3. Soberania	128
69. Origem do Estado.....	129
69.1. Teoria do Contrato Social	129
69.2. Teoria Patriarcal	129
69.3. Teoria Matriarcal	130
69.4. Teoria Sociológica	130
70. Fins do Estado.....	130
70.1. As Três Concepções	130
70.2. Concepção Individualista	130
70.3. A Concepção Supraindividualista	131
70.4. Concepção Transpersonalista	132
71. Teorias sobre a Relação entre o Direito e o Estado	132
72. Arbitrariedade e Estado de Direito	132
72.1. Arbitrariedade	132
72.2. Estado de Direito	133
Bibliografia principal	134
Quarta Parte – FONTES DO DIREITO.....	135
Capítulo 14 – A LEI	137
73. Fontes do Direito.....	137
73.1. Aspectos Gerais	137
73.2. Fontes Históricas	137
73.3. Fontes Materiais	138
73.4. Fontes Formais	138
74. O Direito Romano.....	139
75. Conceito e Formação da Lei.....	141
75.1. Considerações Prévias	141
75.2. Etimologia do Vocábulo Lei	142
75.3. Lei em Sentido Amplo	142
75.4. Lei em Sentido Estrito	143
75.5. Lei em Sentido Formal e em Sentido Formal-Material	144
75.6. Lei Substantiva e Lei Adjetiva	144
75.7. Leis de Ordem Pública	144
75.8. Formação da Lei – O Processo Legislativo	145
75.8.1. Iniciativa da lei	145

75.8.2. Exame pelas comissões técnicas, discussões e aprovação	145
75.8.3. Revisão do projeto	145
75.8.4. Sanção	145
75.8.5. Promulgação	146
75.8.6. Publicação	146
75.9. Lei Delegada	146
75.10. LINDB	146
76. Obrigatoriedade da Lei	146
77. Aplicação da Lei.....	147
77.1. Diagnose do Fato	147
77.2. Diagnose do Direito	147
77.3. Crítica Formal	147
77.4. Crítica Substancial	148
77.5. Interpretação da Lei	148
77.6. Aplicação da Lei	148
Bibliografia principal	148
Capítulo 15 – DIREITO COSTUMEIRO.....	149
78. Considerações Preliminares.....	149
79. Conceito de Direito Costumeiro	150
80. Elementos dos Costumes.....	152
81. A Posição da Escola Histórica do Direito.....	153
82. Espécies de Costumes	153
83. Valor dos Costumes	154
84. Prova dos Costumes.....	155
Bibliografia principal	155
Capítulo 16 – O DESUSO DAS LEIS.....	157
85. Conceito de Desuso das Leis.....	157
86. Causas do Desuso	158
86.1. Leis Anacrônicas	159
86.2. Leis Artificiais	159
86.3. Leis Injustas	159
86.4. Leis Defectivas	159
87. A Tese da Validade das Leis em Desuso	160
88. A Tese da Revogação da Lei pelo Desuso.....	161
89. Conclusões	162
Bibliografia principal	163
Capítulo 17 – JURISPRUDÊNCIA	165
90. Conceito.....	165

91. Espécies.....	166
92. Paralelo entre Jurisprudência e Costume	166
93. O Grau de Liberdade dos Juízes	167
93.1. A Livre Estimação	167
93.2. Limitação à Subsunção	168
93.3. Complementação Coerente e Dependente do Preceito	169
93.4. Judicialização e Ativismo Judicial	170
94. A Jurisprudência cria o Direito?.....	171
95. A Jurisprudência Vincula os Tribunais?.....	172
96. Processos de Unificação da Jurisprudência.....	172
Bibliografia principal	173
Capítulo 18 – A DOCTRINA JURÍDICA.....	175
97. O Direito Científico e os Juristas.....	175
98. As Três Funções da Doutrina.....	176
98.1. Atividade Criadora	176
98.2. Função Prática da Doutrina	176
98.3. Atividade Crítica	177
99. A Influência da Doutrina no Mundo Jurídico.....	177
100. A Doutrina como Fonte Indireta do Direito.....	178
101. Argumento de Autoridade.....	179
101.1. Conceito e Importância	179
101.2. Orientação Prática	179
102. O Valor da Doutrina no Passado.....	180
103. A Doutrina no Presente	181
Bibliografia principal	182
Capítulo 19 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO: ANALOGIA LEGAL	183
104. Lacunas da Lei.....	183
104.1. Noções de Integração e de Lacunas	183
104.2. Teorias sobre as Lacunas	184
104.2.1. Realismo ingênuo	184
104.2.2. Empirismo científico	185
104.2.3. Ecletismo	185
104.2.4. Pragmatismo	185
104.2.5. Apriorismo filosófico	185
105. O Postulado da Plenitude da Ordem Jurídica.....	186
106. Noção Geral de Analogia.....	186

106.1. Conceito	186
106.2. Fundamento da Analogia	187
107. O Procedimento Analógico.....	187
108. Analogia e Interpretação Extensiva.....	188
Bibliografia principal	189
Capítulo 20 – PROCEDIMENTOS DE INTEGRAÇÃO: PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	191
109. Considerações Prévias.....	191
110. As Duas Funções dos Princípios Gerais de Direito.....	192
111. Conceito dos Princípios Gerais de Direito.....	192
112. Natureza dos Princípios Gerais de Direito.....	193
113. Os Princípios Gerais de Direito e os Brocardos.....	194
114. A Pesquisa dos Princípios Gerais de Direito.....	195
115. Os Princípios e o Direito Comparado.....	196
Bibliografia principal	197
Capítulo 21 – A CODIFICAÇÃO DO DIREITO	199
116. Aspectos Gerais.....	199
117. Conceito de Código.....	200
118. A Incorporação	201
119. A Duração dos Códigos.....	201
120. Os Códigos Antigos.....	202
120.1. Considerações Gerais	202
120.2. Código de Hamurabi	202
120.3. Legislação Mosaica	203
120.4. Lei das XII Tábuas	203
120.5. Código de Manu	204
120.6. Alcorão	204
121. A Era da Codificação.....	205
122. Os Primeiros Códigos Modernos.....	206
122.1. O Código Civil da Prússia	206
122.2. O Código Napoleão	206
122.3. O Código Civil da Áustria	207
123. A Polêmica entre Thibaut e Savigny.....	208
124. O Código Civil Brasileiro de 1916 e o de 2002.....	209
125. A Recepção do Direito Estrangeiro.....	210
Bibliografia principal	211

Quinta Parte – TÉCNICA JURÍDICA.....	213
Capítulo 22 – O ELEMENTO TÉCNICO DO DIREITO	215
126. O Conceito de Técnica	215
127. Conceito e Significado da Técnica Jurídica	216
128. Espécies de Técnica Jurídica.....	217
128.1. Técnica de Interpretação	217
128.2. Técnica de Aplicação	217
129. Conteúdo da Técnica Jurídica.....	218
129.1. Meios Formais	218
129.1.1. Linguagem	218
129.1.1.1. Vocábulo	219
129.1.1.2. Fórmula	219
129.1.1.3. Aforismos	220
129.1.1.4. Estilo	220
129.1.2. Formas	220
129.1.3. Sistemas de publicidade	220
129.2. Meios Substanciais	221
129.2.1. Definição	221
129.2.2. Conceito	221
129.2.3. Categorias	222
129.2.4. Presunções	222
129.2.4.1. Presunção simples	222
129.2.4.2. Presunção legal	223
129.2.5. Ficções	223
130. Cibernética e Direito	224
130.1. Elaboração das Leis	224
130.2. Administração da Justiça	225
130.3. Pesquisa Científica	226
130.4. Advocacia	226
131. O Direito como Técnica e Ciência.....	226
Bibliografia principal	228
 Capítulo 23 – TÉCNICA LEGISLATIVA.....	 229
132. Conceito, Objeto e Importância da Técnica Legislativa	229
133. Da Apresentação Formal dos Atos Legislativos.....	230
133.1. Conceituação	230
133.2. Preâmbulo	230
133.2.1. Epígrafe	231
133.2.2. Rubrica ou ementa	231

133.2.3. Autoria e fundamento legal da autoridade	231
133.2.4. Causas justificativas	232
133.2.4.1. Considerandos	232
133.2.4.2. Exposição de motivos	232
133.2.5. Ordem de execução ou mandado de cumprimento	233
133.2.6. Valor do preâmbulo	233
133.3. Corpo ou Texto	233
133.4. Disposições Complementares	233
133.4.1. Disposições preliminares	233
133.4.2. Disposições gerais e finais	234
133.4.3. Disposições transitórias	234
133.5. Cláusulas de Vigência e de Revogação	234
133.6. Fecho	235
133.7. Assinatura	235
133.8. Referenda	235
134. Da Apresentação Material dos Atos Legislativos.....	235
134.1. Dos Artigos	235
134.2. Divisão dos Artigos	236
134.2.1. Parágrafo	237
134.2.2. Inciso, alínea e item	237
134.3. Agrupamentos dos Artigos	238
Bibliografia principal	238
 Capítulo 24 – A EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO	 239
135. Vigência e Revogação da Lei	239
136. O Conflito de Leis no Tempo	241
137. O Princípio da Irretroatividade	241
138. Teorias sobre a Irretroatividade	243
138.1. Doutrina Clássica ou dos Direitos Adquiridos	243
138.2. Teoria da Situação Jurídica Concreta	243
138.3. Teoria dos Fatos Cumpridos	244
138.4. Teoria de Paul Roubier	244
138.5. A Concepção de Planiol	244
138.6. O Princípio <i>Ratione Materiae</i>	244
139. A Noção do Conflito de Leis no Espaço	244
140. O Estrangeiro perante o Direito Romano	245
141. Teoria dos Estatutos.....	246
142. Doutrinas Modernas quanto à Extraterritorialidade.....	247
142.1. Sistema da Comunidade de Direito	247
142.2. Sistema da Nacionalidade	247

143. O Direito Interespacial e o Sistema Brasileiro	247
Bibliografia principal	248
Capítulo 25 – HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	249
144. Conceito e Importância da Hermenêutica Jurídica	249
145. Conceito de Interpretação em Geral	251
146. A Interpretação do Direito	251
146.1. Noção Geral	251
146.2. A Interpretação conforme a Constituição	253
146.3. A Interpretação da Constituição conforme a Lei	253
147. O Princípio <i>In Claris Cessat Interpretatio</i>	253
148. A Vontade do Legislador e a <i>Mens Legis</i>	255
148.1. O Sentido da Lei	255
148.2. A Teoria Subjetiva	255
148.3. A Teoria Objetiva	256
149. A Interpretação do Direito quanto ao Resultado e Fonte	257
149.1. Interpretação Declarativa	257
149.2. Interpretação Restritiva	257
149.3. Interpretação Extensiva	257
150. O Art. 5º da Lei de Introdução às normas do direito Brasileiro	258
150.1. A Obrigatoriedade do Art. 5º da LINDB	258
150.2. O Significado do Art. 5º da LINDB	258
151. A Interpretação dos Negócios Jurídicos	259
Bibliografia principal	261
Capítulo 26 – ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	263
152. Considerações Prévias	263
153. Elemento Gramatical	263
154. Elemento Lógico	264
154.1. Lógica Interna	264
154.2. Lógica Externa	265
154.3. A Lógica do “Razoável”	265
155. Elemento Sistemático	266
156. Elemento Histórico	266
157. Elemento Teleológico	267
Bibliografia principal	267
Capítulo 27 – MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO	269
158. Método Tradicional da Escola da Exegese	269
159. Método Histórico-Evolutivo	270

160. A Livre Investigação Científica do Direito	271
160.1. Aspectos Gerais	271
160.2. A Livre Investigação Científica	272
161. A Corrente do Direito Livre	273
161.1. A Doutrina	273
161.2. Principais Adeptos	273
161.3. Crítica à Doutrina	274
Bibliografia principal	274
Sexta Parte – RELAÇÕES JURÍDICAS	275
Capítulo 28 – SUJEITOS DO DIREITO: PESSOA NATURAL E PESSOA JURÍDICA.....	277
162. Personalidade Jurídica	277
163. Pessoa Natural	279
163.1. Considerações Prévias	279
163.2. Início e Fim da Personalidade	280
163.3. Capacidade de Fato	281
163.4. Registro, Nome e Domicílio Civil	281
163.5. Proteção de Dados Pessoais	283
164. Pessoa Jurídica.....	283
164.1. Conceito	283
164.2. Natureza Jurídica das Pessoas Jurídicas	284
164.2.1. Teoria da ficção	284
164.2.2. Teoria dos direitos sem sujeitos	285
164.2.3. Teorias realistas	285
164.3. Classificação das Pessoas Jurídicas	285
Bibliografia principal	286
Capítulo 29 – RELAÇÃO JURÍDICA: CONCEITO, FORMAÇÃO, ELEMENTOS	287
165. Conceito de Relação Jurídica	287
166. Formação da Relação Jurídica.....	288
167. Elementos da Relação Jurídica.....	289
167.1. Sujeitos da Relação Jurídica	290
167.2. Vínculo de Atributividade	290
167.3. Objeto	291
Bibliografia principal	292
Capítulo 30 – DIREITO SUBJETIVO.....	293
168. Origem do Direito Subjetivo e Aspectos Gerais.....	293
169. Conceito de Direito Subjetivo	294

170. Situações Subjetivas	296
171. A Natureza do Direito Subjetivo – Teorias Principais	296
171.1. Teoria da Vontade	296
171.2. Teoria do Interesse	297
171.3. Teoria Eclética	297
171.4. Teoria de Duguit	297
171.5. Teoria de Kelsen	298
172. Classificação dos Direitos Subjetivos	298
172.1. Direitos Subjetivos Públicos	298
172.2. Direitos Subjetivos Privados	299
172.2.1. Direitos absolutos e relativos	299
172.2.2. Direitos transmissíveis e não transmissíveis	299
172.2.3. Direitos principais e acessórios	300
172.2.4. Direitos renunciáveis e não renunciáveis	300
173. Aquisição, Modificações e Extinção dos Direitos	300
173.1. Aquisição	300
173.2. Modificações	301
173.3. Extinção	301
173.3.1. Perecimento do objeto	301
173.3.2. Alienação	301
173.3.3. Renúncia	301
173.3.4. Prescrição	301
173.3.5. Decadência	302
Bibliografia principal	302
Capítulo 31 – DEVER JURÍDICO	303
174. Considerações Prévias	303
175. Aspecto Histórico	303
176. Conceito de Dever Jurídico	304
177. Espécies de Dever Jurídico	306
177.1. Dever Jurídico Contratual e Extracontratual	306
177.2. Dever Jurídico Positivo e Negativo	306
177.3. Dever Jurídico Permanente e Transitório	307
178. Axiomas de Lógica Jurídica	307
178.1. Axioma de Inclusão	307
178.2. Axioma de Liberdade	307
178.3. Axioma de Contradição	307
178.4. Axioma de Exclusão do Meio	307
178.5. Axioma de Identidade	307
179. Dever Jurídico e Efetividade do Direito	307
Bibliografia principal	308

Sétima Parte – DOS FATOS JURÍDICOS.....	309
Capítulo 32 – FATO JURÍDICO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	311
180. Considerações Gerais.....	311
181. Suposto Jurídico e Consequência.....	312
181.1. Conceituações.....	312
181.2. Relação entre a Hipótese e a Consequência.....	312
181.3. Suposto Jurídico Simples e Complexo.....	313
182. Conceito de Fato Jurídico.....	313
183. Caracteres e Classificação dos Fatos Jurídicos.....	315
183.1. Caracteres.....	315
183.2. Classificação.....	315
Bibliografia principal.....	317
 Capítulo 33 – DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	 319
184. Conceitos e Aspectos Doutrinários.....	319
185. A Relação entre os Negócios Jurídicos e o Ordenamento Jurídico.....	320
186. Classificação dos Negócios Jurídicos.....	321
186.1. Negócio Jurídico Unilateral e Bilateral.....	321
186.2. Negócio Jurídico Oneroso e Gratuito.....	321
186.3. Negócio Jurídico <i>Inter Vivos e Mortis Causa</i>	321
186.4. Negócio Jurídico Solene ou Formal e Não Solene.....	322
186.5. Negócio Jurídico Típico e Atípico.....	322
186.6. Existência, Validade e Eficácia.....	322
187. Elementos dos Negócios Jurídicos.....	323
187.1. Elementos Essenciais.....	323
187.2. Elementos Acidentais.....	323
187.2.1. Condição.....	323
187.2.2. Termo.....	324
187.2.3. Modo ou encargo.....	324
188. Defeitos dos Negócios Jurídicos.....	324
188.1. Erro ou Ignorância.....	325
188.2. Dolo.....	325
188.3. Coação.....	325
188.4. Estado de Perigo.....	326
188.5. Lesão.....	326
188.6. Fraude contra os Credores.....	326
188.7. Simulação.....	326
Bibliografia principal.....	326

Capítulo 34 – ATO ILÍCITO	327
189. Conceito e Elementos.....	327
190. Categorias	328
191. Classificação do Elemento Culpa.....	329
191.1. Intensidade da Culpa	329
191.2. Conteúdo da Culpa	329
191.3. Critérios de Avaliação	329
191.4. Natureza da Relação	329
191.5. Agente	330
192. Excludentes do Ilícito.....	330
192.1. Legítima Defesa	330
192.2. Exercício Regular de um Direito	330
192.3. Estado de Necessidade	330
193. Teoria Subjetiva e Teoria Objetiva da Responsabilidade.....	331
193.1. A Responsabilidade no Passado	331
193.2. As Teorias da Responsabilidade	331
194. Abuso do Direito.....	332
Bibliografia principal	333
Oitava Parte – ENCICLOPÉDIA JURÍDICA	335
Capítulo 35 – RAMOS DO DIREITO PÚBLICO.....	337
195. Considerações Prévias.....	337
196. Direito Constitucional	338
197. Direito Administrativo.....	339
198. Direito Financeiro.....	340
199. Direito Internacional Público	341
200. Direito Internacional Privado	343
201. Direito Penal.....	344
202. Direito Processual.....	345
Bibliografia principal	348
Capítulo 36 – RAMOS DO DIREITO PRIVADO.....	349
203. Direito Civil.....	349
204. Direito Comercial ou Empresarial	351
204.1. Noção do Ramo	351
204.2. A Palavra “Comércio”	352
204.3. A Relação entre o Direito Comercial e o Civil	352
204.4. A História do Comércio	352

204.5. Evolução Histórica do Direito Comercial	353
205. Direito do Trabalho	354
205.1. Denominações	354
205.2. Classificação	354
205.3. Definição	355
205.4. Características	355
205.5. Fins do Direito do Trabalho	355
205.6. A Autonomia do Direito do Trabalho	355
205.7. A Evolução do Direito do Trabalho no Século XX	356
Bibliografia principal	356
Nona Parte – FUNDAMENTOS DO DIREITO	357
Capítulo 37 – A IDEIA DO DIREITO NATURAL	359
206. A Insuficiência do Direito Positivo	359
207. Conceito	361
208. Origem e Via Cognoscitiva	361
209. Caracteres	362
210. A Escola do Direito Natural	362
211. Revolucionário ou Conservador?	363
212. Crítica	364
213. Os Direitos do Homem e o Direito Natural	365
214. Concepção Humanista do Direito	366
Bibliografia principal	367
Capítulo 38 – O POSITIVISMO JURÍDICO	369
215. O Positivismo Filosófico	369
215.1. A Lei dos Três Estados	370
215.2. Classificação das Ciências	370
216. O Positivismo Jurídico	370
217. Crítica	371
Bibliografia principal	372
Capítulo 39 – O NORMATIVISMO JURÍDICO	373
218. O Significado da Teoria Pura do Direito	373
219. A Teoria Pura do Direito	374
220. A Pirâmide Jurídica e a Norma Fundamental	374
221. Crítica à Teoria Pura do Direito	375
Bibliografia principal	375

Capítulo 40 – A TRIDIMENSIONALIDADE DO DIREITO	377
222. A Importância de Reale no Panorama Jurídico Brasileiro	377
223. A Teoria Tridimensional do Direito	378
Bibliografia principal	379
BIBLIOGRAFIA	381
ÍNDICE ONOMÁSTICO	389
ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS	397